

Bom dia a todas, todos e todes do Conselho Estadual de Saúde e aos que nos acompanham pelas redes sociais. Que momento importante esse recomeçar dos trabalhos de controle social, de fiscalização das ações, dos serviços, dos contratos de gestão, do planejamento, do orçamento e do financiamento da saúde do estado do Rio de Janeiro. Obviamente não são apenas essas as nossas competências. Só no nosso regimento estão elencadas vinte e três e se nos atentarmos à Quinta Diretriz da Resolução 453 do Conselho Nacional de Saúde vamos nos deparar com mais trinta competências e não vai parar por aí, mas é um bom começo.

Um bom começo para entendermos que estar conselheiro(a) de saúde é se comprometer com um processo coletivo, democrático e de total transparência. Nós conselheiros(as) do Segmento Usuário do CES, nós conselheiros(as) estaduais de saúde acreditamos que a construção da política de saúde passa sobretudo pela construção de objetivos comuns, com respeito às diferenças, mas com coerência ao propósito que nos conduziu até aqui.

Quando falamos em coerência, falamos de uma política de saúde PÚBLICA, INTEGRAL, UNIVERSAL, EQUÂNIME e com muita PARTICIPAÇÃO SOCIAL. Queremos um SUS descentralizado, regionalizado e hierarquizado, mas funcionando, de fato, em rede. Com uma regulação humanizada, com respeito aos profissionais, com educação continuada e permanente. Não podemos fechar os olhos para a desigualdade que avança neste estado e nesse país, não podemos passar pano, usando uma gíria atual para as ações que sufocam o SUS, que tramam por sua falência e a privatização de ações e serviços básicos. Quando falamos em coerência, falamos em vida. Em direito à vida. Não queremos uma saúde que só combata a doença, mas uma saúde de plenitude, de bem estar, de qualidade de vida.

E pra isso ser uma realidade temos que trabalhar muito. E vamos! Vamos unidos, todas e todos, com esse propósito, fiscalizar, propor, cobrar, colaborar, denunciar. Somos um segmento muitas vezes definido como o “não-técnico”, “o pouco capacitado” que num equívoco das relações colegiadas acaba nos empurrando para um lugar de menos debates qualificados. Mas acreditamos que esse mandato fará melhor, porque tem no seu conjunto entidades e conselhos municipais que querem discutir a política de saúde e seus contextos.

Precisamos lembrar que não nos cabe omissão diante do grande desafio que enfrentaremos. Um estado que ainda não avaliou as sequelas deixadas pela pandemia na sociedade nem tão pouco no sistema de saúde, um ano eleitoral onde as prioridades, infelizmente são depositadas no asfalto das ruas, pois dão visibilidade, ao contrário do financiamento de programas de saúde que salvam vidas a médio ou longo prazos. E também não podemos apagar a história da saúde deste estado sob pena de normalizar a corrupção, o retrocesso, o loteamento político-partidário-econômico da saúde que certamente contribuíram para mortes que poderiam ter sido evitadas, mas ao mesmo tempo não podemos excluir os agentes políticos e devemos exigir vínculos e compromissos e fundamentalmente o cumprimento das leis. Também não podemos ser reféns das leis proselitistas ou nos deixar levar por uma visão maniqueísta de que nada vamos conseguir com a política porque todo mundo do outro lado é do mal. Ou nos inserimos no processo, fiéis aos nossos propósitos, ou estaremos sempre a reboque.

Precisamos e queremos falar sobre os modelos de atenção à saúde, queremos que as resoluções aprovadas por este conselho tenham eco e saiam do papel, vamos cobrar.

Queremos manter o respeito mútuo sem prejuízo às expressões que se apresentarem com urbanidade e pertinentes aos temas sobre saúde que aqui serão debatidos. Queremos o bom debate e a construção. Queremos e precisamos de um programa de educação permanente para o controle social. Queremos colaborar efetivamente para os conselhos municipais de saúde. Queremos fazer as discussões de gestão, de financiamento e do modelo assistencial que precisamos e podemos ter. Queremos desconstruir a cultura hospitalocêntrica que ainda predomina nesse país e que transforma a saúde em mercadoria.

Destacamos ainda que, precisamos aprender muito uns com os outros, fortalecer os eventos que incluem a participação popular e nos posicionar contra todos e tudo que tenta aniquilar o SUS. Temos pela frente conferência de saúde mental, conferência de saúde e tantos outros fóruns que não podemos permitir que sejam sufocados pelo negacionismo ou reacionarismo ideológico. Vamos lutar pelo direito à saúde, pela transparência das ações e serviços e pela prevalência de nossas competências citadas no início deste texto.

Viva o CES! Viva o Rio de Janeiro! Viva o SUS!